

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

Fantasma Insepultos

A um mês de dar por concluído o ano legislativo, o Congresso não disse a que foi eleito. É certo que o eleitor não fez um rombo na representação anterior para que os novos deputados repetissem a omissão dos antecessores. O primeiro ano da atual representação deixa no ar a verificação de que a credibilidade parlamentar continua em baixa acentuada na opinião pública.

Não há registro de mais clara demonstração de confiança no sistema democrático e, ao mesmo tempo, de insatisfação com o desempenho parlamentar, do que a degola de deputados na eleição do ano passado. Se não fosse assim, o cidadão não limitaria a sua crítica à atuação parlamentar, mas atingiria a própria instituição. Não é, porém, o que se ouve. O melhor indicador da opinião pública, fora a frieza percentual das pesquisas, são as observações dos cidadãos na vida social diária. Não é possível que os dirigentes partidários e lideranças políticas não tenham a atenção dirigida para o aumento da distância que separa eleitos e eleitores.

A representação anterior elegeu-se como constituinte e, terminada a missão, deputados e senadores passaram à rotina, e aí o contraste liquidou eleitoralmente aqueles que haviam conquistado a confiança dos eleitores. Não apareceu a explicação racional para o comportamento dos que se atribuíram a responsabilidade de providenciar a legislação complementar à Constituição, e não puseram ombros à tarefa. A Constituição foi votada aos arrancos, e debaixo de pressão dos grupos que se organizaram. O que devia ter sido democrático, no entanto, foi acintosamente corporativista: a força de grupos de interesse não é suficiente para erigir um regime democrático.

Assim sendo, os interesses reconhecidos na Constituição deixaram na orfandade política a representação que não foi capaz de distinguir a diferença entre corporativismo e democracia. Senadores e deputados passaram a uma disponibilidade política que lhes custou o mandato, e não o reconhecimento de que tivessem desempenhado corretamente o mandato, quer como constituintes, quer como legisladores ordinários.

Os sagrados pela confiança do eleitor, que votou com ânimo renovador no ano passado, não disseram a que vieram. Foram semanas de três dias que, na verdade, se reduzem a dois sem conseguir encher o plenário e sem capacidade de assumir decisões a que os credencia o voto dos cidadãos (a não ser por espasmos: a cassação de Jabes Rabelo é a exceção que confirma a regra). Há uma pauta de emendas, vetos e projetos de lei deixados de votar por falta de número e pelas misteriosas razões que a razão desconhece.

O Orçamento se ergue como um fantasma insepulto diante da consciência dos representantes do povo brasileiro, que passaram a pior imagem de manipulação de interesses pessoais de cambalhada com o interesse público no exame preliminar. A falta de espírito público pode ser aferida na razão inversa

das cem mil emendas apresentadas pelos deputados e senadores. Quanto mais individualizada a visão orçamentária, menor a taxa de interesse público.

O Congresso deixou à espera de apreciação e julgamento, ao longo do ano, 23 vetos e duas dúzias de pedidos de crédito suplementar, sem incluir a pilha de projetos que exprimem o espírito graneleiro da representação política, portanto, sem peso público específico. De qualquer forma, porém, a facilidade de propor e a incapacidade de dar sequência à iniciativa individualista ressaltam o despreparo político dos que foram postos no lugar de outros que também não entenderam a confiança do eleitor como um teste.

É sabido que, ao fim e ao cabo, deputados e senadores encenam uma demonstração de simulado esforço, e se enganam mais do que conseguem enganar. O Orçamento e tudo que depender deles acabará sendo votado, mas sem a indispensável transparência que permitiria distinguir os interesses de cada um e o interesse público. O afogadilho final, com sessões extraordinárias, noite adentro e nos finais de semana, podia enganar no passado. Com a televisão, porém, o plenário pela metade ou com um terço, deputados e senadores ressonando e aquela forma irresponsável de votar sem saber, a encenação será contraproducente.

O eleitor não se dará por satisfeito com o padrão inferior que é uma imitação do final das feiras livres, quando os produtos perecíveis são oferecidos a preços simbólicos. Assim como há um frequentador das feiras na hora em que se desmontam as barracas, também o Congresso reserva para a última hora uma pauta de interesses menores. Ou então é a convocação extraordinária que carece de sentido aos olhos dos cidadãos que presenciaram o ano inteiro a incapacidade de cumprir responsabilidades de rotina em sessões normais. Os piores acordos são feitos à última hora, em nome da democracia, infelizmente.

Há, no entanto, um bolsão de desconfiança gerado pela incapacidade de equacionar politicamente e votar ao menos uma seleção das emendas submetidas ao Congresso pelo Executivo. O ajuste fiscal e a modernização da economia brasileira merecem a consideração política que não é nenhum favor do Congresso, depois de tudo que o mundo testemunhou nos últimos anos, e que em 1991 se consumou em caráter irreversível.

O Congresso deveria ter ficado atento a esses aspectos que ampliam a cartela dos vícios e omissões parlamentares, e pesam irremediavelmente sobre a representação política incapaz de se refazer. O autoritarismo, preservando a representação mas lhe negando poder durante duas décadas, agravou um problema universal — como é a insatisfação dos eleitores com os eleitos — e, em lugar da redenção, deixou-lhe a aura de convivência. A democracia pode não ganhar com essa gente, mas a atual representação política perde definitivamente: entrou em julgamento no seu primeiro ano de exercício.